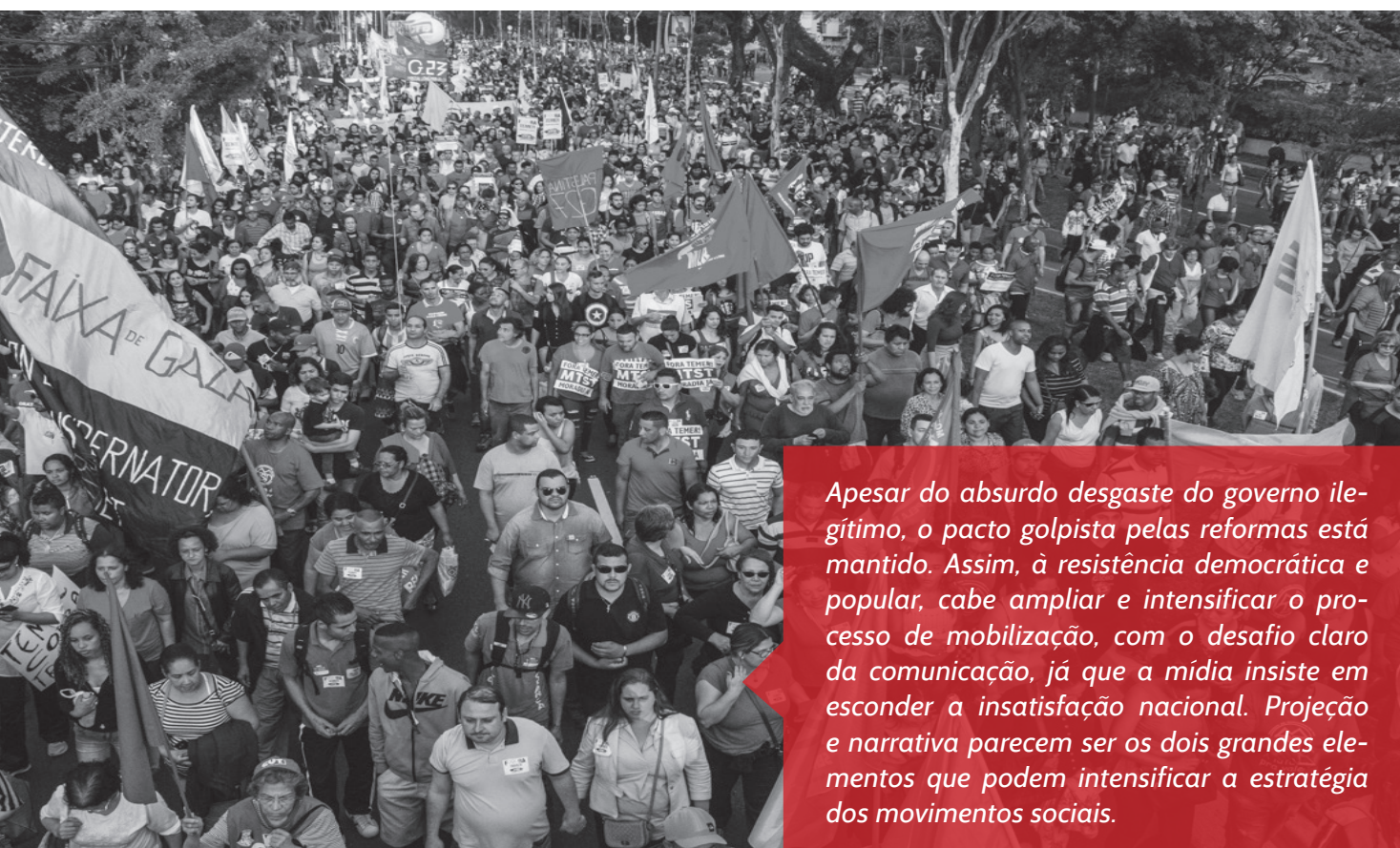


MOVIMENTOS SOCIAIS



Apesar do absurdo desgaste do governo ilegítimo, o pacto golpista pelas reformas está mantido. Assim, à resistência democrática e popular, cabe ampliar e intensificar o processo de mobilização, com o desafio claro da comunicação, já que a mídia insiste em esconder a insatisfação nacional. Projeção e narrativa parecem ser os dois grandes elementos que podem intensificar a estratégia dos movimentos sociais.

Fora Temer, Nenhum direito a menos e Diretas Já

Passados praticamente dois meses após a realização da greve geral, tentar analisar as manifestações de rua e seus impactos ante a conjuntura parece ser uma tarefa quase acadêmica. A quantidade de variáveis e intercorrências desse processo fazem esses dois meses parecerem muito mais tempo.

No entanto, alguns elementos permanecem fixos no espectro da atuação dos movimentos sociais. O primeiro aspecto fundamental que ficou atestado no último período é o de que a ideia de tentar transformar apenas as “Diretas Já” em um “movimento apartidário” não vingou.

Os atos que ocorreram em diversas capitais do Brasil, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e que não contaram com os movimentos sociais organizados e partidos políticos do campo democrático popular, não alcançaram públicos maiores do que, por exemplo, a manifestação organizada pelas centrais sindicais em Brasília.

Porém, é preciso destacar que as iniciativas pelas diretas, principalmente dos artistas, serviram para manter

uma sensação de manifestação permanente, ao menos para aqueles e aquelas que estão vendo as ruas como alternativa para a solução do caos institucional que vive o Brasil.

Com um governo golpista e um Congresso absolutamente incapaz de ouvir as ruas, a crise se arrasta. A maciça maioria da população brasileira reprovou o presidente ilegítimo Michel Temer e já reconhece as eleições diretas como alternativa mais eficaz para o momento. No entanto, o movimento social ainda encontra dificuldades para cravar uma resistência de proporções impactantes para o Brasil.

Por outro lado, precisamos perceber que o movimento não diminuiu. Curitiba, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife assistiram a manifestações de proporção equilibrada entre si e de impacto considerável nas realidades locais.

Mas é preciso lembrar que, ao contrário de 2013 e dos domingos golpistas da Avenida Paulista, a grande mídia não tem se prestado ao papel de convocar as pessoas às ruas. A estratégia de minimizar o impacto das mobilizações da grande mídia é muito parecida com a

estratégia do governo ilegítimo.

Isso porque, nesse aspecto, o ponto central é o mesmo: o pacto golpista pelas reformas permanece intacto. Nesse contexto, a luta contra as reformas parece ganhar um contorno substancial na conjuntura dos movimentos sociais. Essa é a tônica da estratégia central da Frente Brasil Popular.

Os motes das eleições diretas e do Fora Temer sustentam a ideia da paralisação imediata das reformas, que nos parece prioritário a essa altura. O lançamento, em diversas capitais, do Plano Popular de Emergência, um projeto de alternativa às reformas, parece fortalecer essa tese.

Marcha para Jesus e Parada do Orgulho LGBT

Apesar de não se conformarem na definição tradicional de movimentos sociais, é preciso colocar em perspectiva esses dois momentos da conjuntura do mês de junho. Isso porque foram as duas maiores concentrações de pessoas nas ruas, especialmente em São Paulo no último período.

Com temas completamente diferentes, os dois momentos apresentam características comuns fundamentais para a análise da atual conjuntura: uma forte descrença nos políticos. Com variações em elementos morais, em que pese o fato de que há pesquisas que apontam que os participantes da Marcha Para Jesus reconhecem a necessidade de se respeitar a diversidade sexual, o elemento político comum desses movimentos é a ausência da política.

Seguimos com a clássica teoria da crise de representatividade do sistema político e com a tese da negação da política? A realidade é que, nesse momento, essa resposta parece impossível de ser atestada. Isso porque a ruptura da ordem democrática fez com que os golpistas confirmassem a sensação das pessoas de que não há conexão entre a representação política e o real interesse popular.

Repressão e estado policial

Assistimos um verdadeiro massacre de militantes rurais no último período. Esse é outro elemento que dá o tom do momento em que vivemos. Não há garantia democrática sustentada no Brasil de hoje. Parte do Ju-

diciário, da polícia e do Ministério Público compõem hoje uma aliança repressiva perigosa e isenta de qualquer controle ou compromisso institucional.

Isso alimenta ações como o assassinato de militantes no interior do Brasil, a reação da polícia ante a manifestação de Brasília e o profundo silêncio institucional que se segue. Nas cadeias brasileiras, os assassinatos seguem sem a menor repercussão e consequência. Os índices de violência crescem, e a população periférica, especialmente negra, é a mais atingida.

Uma tentativa de reflexão

Esses elementos conotam um aprofundamento da crise política no Brasil. Ela ganhou a sensação popular, e podemos perceber isso em diversas pesquisas (reprovação do governo, pedido de eleições diretas, índice de confiança dos políticos, Fora Temer, rejeição às reformas).

No entanto, essa sensação ainda não se efetivou num sentimento generalizado de resistência popular. Uma possibilidade tem relação com a falta de instrumentos de convocação em massa, um traço comum que une o ápice de 2013 e das manifestações pelo golpe aos domingos.

Outro elemento é a total irresponsabilidade e descompromisso de diversos setores do Brasil com a democracia. Parte do Judiciário, do Ministério Público, da polícia, do sistema partidário, da mídia e do sistema financeiro se uniram numa concepção de país que, se aplicada, nos levará a uma derrocada irreversível de aumento da miséria, da segregação social, da intolerância e do ódio entre as pessoas.

Não há, para esse setor, possibilidade de chamamento a algum grau de responsabilidade. A instabilidade institucional é um compromisso assumido por eles, numa conjunção de fatores tão estável que nos faz crer na possibilidade de algum engendramento organizado.

Nesse aspecto, as ruas ganham um contorno de empuxo contrário a essa força golpista. No entanto, as ruas também encontram sua dificuldade, sobretudo sob o ponto de vista da projeção das informações sobre a resistência.

O desafio, no momento, parece estar centrado na comunicação dos movimentos sociais com as mas-

sas populares. Em dois grandes flancos: a narrativa e a projeção.

Sob o ponto de vista da narrativa, há um claro potencial de acordo popular, sobretudo tendo em conta as diversas tendências de insatisfação em massa. Mas esse acordo depende de um tratamento mais qualificado sobre a profunda sensação de descrença na política que tomou conta do país, sobretudo após o golpe.

Aqui, precisamos ressaltar a necessidade de se construir uma narrativa que contemple os anseios e interesses da população periférica. Não há, nesse ponto, interlocução viável que não aconteça a partir do lugar de fala dos grupos vulneráveis e historicamente excluídos que compõem a periferia, especialmente nas grandes cidades.

Outro desafio parece se apontar na capacidade de projeção dessas mobilizações. Apesar das coberturas alternativas, das grandes mobilizações em redes sociais, as manifestações não têm surtido o efeito de fazer as pessoas perceberem o que está acontecendo.

É verdade que esse é um desafio histórico das esquerdas, e nenhuma proposta mirabolante vai se apresentar como viável no curto espaço de tempo necessário para travar o curso do golpe. Assim, estratégias mais simples e com maior impacto podem ganhar a atenção das pessoas. Nos parece essencial que exista uma

sensação de mobilização permanente, com impactos diários, ainda que mais localizados.

O espaçamento dos atos, importantes para possibilitar uma maior organização, acaba impactando pouco na rotina e dá margem para que a mídia não se veja obrigada a discutir a razão deles, já que, isolados, sempre representarão muito mais um entrave à vida das pessoas do que de fato um movimento organizado de resistência popular.

Por fim, também percebemos uma grande diluição da juventude nesses movimentos. É importantíssimo destacar que, tanto nas manifestações pelo Fora Collor quanto nas jornadas de junho de 2013, a participação organizada e maciça da juventude foi o *turn point* desses processos. Numa reflexão parecida com a da periferia, há que se entender que esse processo precisa ganhar uma narrativa que gere esperança e possibilidade de intervenção real da população para que ela possa sair de casa e tomar as ruas.

Há, como se pode entender, uma complexidade e uma variedade de elementos que não dão a menor capacidade de previsão dos próximos passos. Mas, de toda forma, é possível compreender que há um processo em curso, que a roda da história está virando para outro rumo e que ainda é possível sonhar com um país justo, livre e democrático.